



## Gestão de florestas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Gestão de Florestas Públicas, projeto que permite a concessão de áreas públicas para a exploração madeireira e outras atividades econômicas. O governo espera reduzir a grilagem de terras e coibir a ação de madeireiras clandestinas, que são mais destrutivas, e, com isso, desenvolver a economia em áreas florestais, de maneira mais sustentável e menos predatória.

Cerca de 13 milhões de hectares, ou 3% da Amazônia, ficarão disponíveis para empresas brasileiras para

exploração, nos primeiros dez anos de vigor do plano. A extração de madeira continua proibida em reservas naturais, áreas indígenas e remanescentes quilombolas. Apenas cinco ou seis árvores poderão ser derrubadas em um prazo de dez anos numa área equivalente a um campo de futebol.

Pela lei, o governo oferecerá aos vencedores de contratos o direito de explorar os recursos naturais das florestas, como madeira, frutos e óleos vegetais até 40 anos, dentro de um plano de desenvolvimento sustentável, com regras impostas pelo governo.

Somente empresas brasileiras podem se candidatar aos contratos de exploração de madeira. Parlamentares nacionalistas temem que multinacionais criem fachadas legais para participarem. O importante é que, ao fazer a outorga, o governo assume definitivamente a titularidade da terra.

Especuladores usam brechas jurídicas e a grilagem para comprar e revender terras ilegalmente a madeireiras, pecuaristas e produtores rurais.

O dinheiro arrecadado com os contratos irá para o: 1. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que arrecadará recursos para a conservação das florestas; 2) Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que fiscalizará as regras ambientais e as concessões. Os dois órgãos foram criados pela nova lei. Serão também beneficiados com recursos: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), os Estados onde estão as florestas, os municípios.

Quando foi aprovado no Congresso Nacional, o projeto de lei agradou madeireiros e ambientalistas.

Mas o texto teve quatro vetos, a saber:

- o artigo que exigia uma sabatina no Senado para a nomeação do diretor do Serviço Florestal Brasileiro;
- o dispositivo que sugeria intervenção externa no orçamento do Ministério do Meio Ambiente e o Ibama;
- o trecho que submetia ao Senado todas as propostas de concessão de áreas superiores a 2.500 hectares;
- impedimento da criação do Conselho Gestor, entendido como função do SFB.

Os controles legais, as frequentes inspeções e o fim da incerteza sobre os direitos fundiários são fatores que ajudariam a reduzir o desmatamento. A lei prevê a demarcação de florestas públicas, o que impediria que particulares reivindicassem essas terras.

### CADASTRO

As concessões serão feitas por meio de licitação, em áreas que constem previamente do Cadastro Nacional de Florestas Públicas. A operação não dá direito de domínio ou de posse das áreas florestais, mas autoriza a exploração de produtos e serviços.

Até agora, o governo obteve resultados dúbios na área. Em 2004, a taxa de desmatamento foi a segunda maior da história, acompanhada de um crescimento na violência fundiária.

Vários grupos ambientalistas e partidos de oposição apoiaram o projeto. A lei devolve as florestas públicas às mãos públicas e aumenta as chances de um controle efetivo por parte do governo. A nova legislação é considerada prioridade absoluta para a conservação de floresta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). ■

### Convenção da Biodiversidade

A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, além da criação de uma área de conservação de 15 milhões de hectares ao longo da BR-163 (rodovia que liga Cuiabá a Belém), em fevereiro último, junto com o projeto de lei proposto no ano passado, que trata do acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios oriundos da exploração da biodiversidade, tem implicações externas interessantes.

Acontece que o MMA (Ministério do Meio-Ambiente), assume este mês, durante a realização da 8ª Conferência das Partes (COP-8) e do 3º Encontro das Partes (MOP-3), por dois anos, a Presidência da Convenção da Biodiversidade, que tem 188 países membros e

abriga o protocolo de Cartagena.

O 3º Encontro das Partes (MOP-3) trata das regras para o comércio internacional de OVMs (organismos vivos modificados). Os países exportadores defendem o selo "pode conter" transgênicos. Outros defendem "contém", que obriga a rotulagem e segregação dos transgênicos dos grãos convencionais.

A 8ª Conferência das Partes (COP-8) trata de um regime internacional pelo qual os países detentores de grande biodiversidade recebam uma parte dos benefícios econômicos dessa exploração. Países mega-diversos querem certificados de procedência legal e declaração de origem para aplicar direitos de propriedade. EUA, Canadá, Japão, Nova Zelândia e Austrália não querem controle na cadeia produtiva e indicam a OMC para dirimir esses assuntos.